

VBC ENERGIA S.A.(Atual Denominação de Serra da Mesa Energia S.A.)
CNPJ nº 00.095.147/0001-02 – Companhia AbertaAv. Engº Luís Carlos Berrini, 1297/1307
13º andar – Cj. 132 – Brooklin
São Paulo – SP**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000		2001	2000	2001	2000
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Disponibilidades	127.351	17.974	180.432	160.807	Fornecedores	49	4.378	293.005	174.209
Consumidores, Concessionários e Permissivos	16.809	22.531	503.436	301.717	Folha de Pagamento	165	119	748	1.024
Coligadas, Controladas ou Controladora	672.732	127.747	667.794	70.462	Impostos e Contribuições Sociais	52.728	581	169.129	61.032
Devedores Diversos	-	-	22.181	16.063	Participações nos Lucros	-	-	2.217	2.234
Titulos e Valores Mobiliários	-	-	20.930	18.680	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-	-	17.883	826
Tributos e Contribuições Sociais	-	-	-	-	Debêntures	21.698	82.882	78.274	82.882
Compensáveis	24.652	23.901	70.208	49.370	Encargos de Dívidas	-	-	18.145	9.035
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(11.761)	(9.631)	Empréstimos e Financiamentos	-	-	333.258	155.881
Almoarifado	-	-	4.348	3.664	Coligadas e Controladas ou Controladora	259.759	-	265.653	-
Despesas Pagas Antecipadamente	1.362	1.610	35.822	26.020	Obrigações Estimadas	325	190	10.013	8.944
Outros	781	698	23.988	28.272	Encargos do Consumidor	-	4.940	14.575	18.939
	843.687	194.461	1.517.378	665.424	Provisão para Contingências	-	-	27.688	21.597
					Outros	-	-	47.117	27.170
						334.724	93.090	1.277.705	563.773
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Consumidores, Concessionários e Permissivos	-	-	265.028	-	Fornecedores	-	-	105.851	-
Coligadas, Controladas ou Controladora	227.163	-	127.582	-	Debêntures	1.423.117	2.099.713	1.996.353	2.099.713
Devedores Diversos	-	-	60.292	57.046	Empréstimos e Financiamentos	-	14.478	813.167	758.480
Depósitos Vinculados a Litígios	-	-	23.664	22.039	Provisão para Contingências	5.601	2.446	24.809	23.881
Titulos e Valores Mobiliários	-	-	19.557	32.934	Impostos e Contribuições Sociais	48.508	-	48.508	-
Despesas Pagas Antecipadamente	6.802	8.162	96.291	8.162	Outros	-	974	23.676	18.467
Programa de Redução de Consumo de Energia Elétrica	-	-	16.840	-	Obrigações Especiais	1.477.226	2.117.611	3.012.364	2.900.541
Créditos Fiscais	184.610	210.781	337.469	272.868	Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	177.583	162.145
Outros	-	-	974	19.354		1.477.226	2.117.611	3.189.947	3.062.686
	418.575	219.917	971.872	412.403					
PERMANENTE					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Investimentos	-	-	373.605	873.899	Capital Social	1.035.032	1.514.636	1.035.032	1.514.636
Bens de Renda	-	873.899	-	-	Reserva Legal	32.457	-	32.457	-
Participações Societárias Permanentes	1.776.478	1.948.559	-	-	Lucros (Prejuízos) Acumulados	186.272	(479.604)	(60.506)	(479.604)
Ágio	6.712	6.952	243.169	138.550	Recursos Destinados a Aumento de Capital	1.233.761	1.035.032	1.006.983	1.035.032
Outros	57	-	14.651	13.064					
	1.783.247	2.829.410	631.425	1.025.513					
Imobilizado	202	1.945	1.351.197	1.224.035					
Diferido	-	-	1.138.768	1.336.580					
	1.783.449	2.831.355	3.121.390	3.586.128					
TOTAL DO ATIVO	3.045.711	3.245.733	5.610.640	4.663.955	TOTAL DO PASSIVO	3.045.711	3.245.733	5.610.640	4.663.955

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Valores Expressos em Milhares de Reais)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A VBC Energia S.A. ("VBC" ou "Sociedade"), atual denominação de Serra da Mesa Energia S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto que foi constituída em 8 de junho de 1994 e tem por objeto social participar em outras sociedades primariamente dedicadas à geração e distribuição de energia elétrica. A Sociedade participava em 31 de dezembro de 2001, direta ou indiretamente das seguintes controladas no conjunto:

1.1. Participações Diretas**Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL**

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"), é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem por objeto principal a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, para o que possui concessão por prazo de 30 anos, que se encerra em 2027, podendo este prazo ser estendido por igual período adicional. A área de concessão da CPFL contempla 234 municípios do Estado de São Paulo, equivalente a 90.440 km², abrangendo uma economia bastante diversificada, baseada principalmente na indústria, serviços e agropecuária. A distribuição da energia requerida atualmente corresponde a aproximadamente 20% do mercado consumidor do Estado de São Paulo e a CPFL atende a cerca de 2.892 mil consumidores.

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000 a parcela cindida da CPFL, relacionada às atividades de geração de energia elétrica, conforme autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através da Resolução nº 366 de 13 de setembro de 2000. A CPFL Geração possui potência nominal de 143,46 MW, contando com 19 usinas hidrelétricas e 01 usina termelétrica, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo e atua como geradora e comercializadora de energia elétrica. A CPFL Geração detém concessão para serviços de geração de energia elétrica até o ano de 2027, podendo a mesma ser prorrogada por prazo adicional de 30 anos. A CPFL Geração controla atualmente a SEMESA S.A., sociedade que, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A., controlam a exploração comercial da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, anteriormente controlada pela Sociedade (Vide Item 1.2).

Campos Novos Energia S.A.

A Sociedade, em 8 de junho de 2001, adquiriu 67% do capital social da Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de julho de 1999, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, cuja potência instalada será de 880 MW, localizado no Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato nº 043/2000 de 29 de maio de 2000. As obras tiveram início em agosto de 2001 e estão em andamento as escavações das principais estruturas. O prazo para conclusão das obras está previsto para junho de 2006.

Foz do Chapeço Energia S.A.

A Foz do Chapeço Energia S.A. ("Foz do Chapeço"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de julho de 2001 na qual a Sociedade possui participação de 66,67%. Por sua vez Foz do Chapeço detém participação de 60% no Consórcio Energético Foz do Chapeço que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapeço, cuja potência instalada será de 855 MW, localizado no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas do Chapeço e Alpestre, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato nº 128/2001 de 07 de dezembro de 2001. O empreendimento está em fase inicial do projeto executivo e processo de licenciamento ambiental. O prazo para conclusão das obras está previsto para maio de 2007.

1.2. Participações Indiretas**SEMESA S.A.**

A SEMESA S.A. ("SEMESA") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2001, com o objetivo de participar de outras empresas do setor elétrico. Em 21 de dezembro de 2001, através da Resolução ANEEL nº 582, a Sociedade transferiu para SEMESA, a totalidade dos bens, direitos e obrigações referentes a sua participação no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no estado de Goiás, cuja potência instalada é de 1.275 MW. A concessão do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertence à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"), que lhe foi outorgada pelo Decreto nº 85.983, de 8 de maio de 1981, pelo prazo de 30 anos. Conjuntamente, foi transferida a concessão, bem como os respectivos bens vinculados à Usina Hidrelétrica de Ponte do Silva, localizada no Rio São Luiz, no estado de Minas Gerais, concessão essa que foi outorgada em 30 de outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. Em 26 de dezembro de 2001, a Sociedade alienou sua participação de 99,99% na SEMESA para sua controlada CPFL Geração (Vide Nota 4).

Companhia Piratininga de Força e Luz

Em 1º de outubro de 2001 foi aprovada a cisão parcial da Bandeirante Energia S.A. ("Bandeirante"), na época, empresa onde a controlada CPFL detinha 42,44% do seu capital total. A parcela cindida da Bandeirante foi incorporada à Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga"), da qual a controlada CPFL passou a deter, indiretamente, 96,48% do seu capital total. A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, atuando primariamente na distribuição de energia a cerca de 1.100 mil consumidores nas regiões da Baixada Santista, Sorocaba, Jundiaí, Indaiatuba, Salto e Itú. Seu prazo de concessão se encerra em 23 de outubro de 2028, podendo ser estendido por período adicional de 30 anos.

Rio Grande Energia S.A. – RGE

A Rio Grande Energia S.A. ("RGE"), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica a cerca de 994 mil consumidores, nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui prazo de concessão de trinta anos até o ano de 2027, podendo o mesmo ser renovado por igual período. Em 05 de julho de 2001 a Sociedade alienou seus investimentos na RGE para a controlada CPFL (Vide Nota 4).

CERAN – Companhia Energética Rio das Antas

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, conforme Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001. O cronograma de operação das usinas estima o início das operações para o segundo semestre de 2004 na UHE de Monte Claro, primeiro semestre de 2005 na UHE de Castro Alves e primeiro semestre de 2006 na UHE 14 de Julho.

Nova I Participações S.A.

A Nova I Participações S.A. ("Nova I"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de outubro de 1999, com o controle acionário originalmente detido pela controlada CPFL que, em 07 de novembro de 2001 transferiu a totalidade das ações da Nova I para a controlada CPFL Geração pelo seu valor patrimonial contábil, para viabilizar futuros projetos de participações e parcerias da CPFL Geração em novos investimentos. A Nova I não manteve atividades operacionais durante o exercício de 2001.

2. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Durante o ano de 2001, as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país passaram por uma situação hidrológica crítica que comprometeu a capacidade de geração de energia elétrica nessas Regiões. Esse fato requereu a adoção de medidas emergenciais para

redução do consumo de energia. Para tanto, foi criado pelo Governo Federal, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, através da Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, atualizada pela Medida Provisória nº 2198-3 de 28 de junho de 2001, que impôs metas de redução de consumo para as classes residencial (consumo superior a 100 kWh) e comercial da ordem de 20%, industrial de 15% a 25%, rural de 10% e serviços públicos de 10% a 35%, tomando como base a média de consumo verificada no período de maio a julho de 2000.

Essa situação impactou significativamente as operações da CPFL, CPFL Piratininga e CPFL Geração, bem como as operações das empresas geradoras e distribuidoras de energia nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, posto que a grande parte da aquisição de energia pelas empresas distribuidoras está baseada em contratos de longo prazo com as empresas geradoras, que garantem o despacho da energia em volumes pré-determinados. Esses contratos previam a possibilidade de ocorrência de situação hidrológica crítica, o que resultaria na necessidade de os geradores compensarem as empresas distribuidoras por perdas incorridas em decorrência dessa situação. Tendo em vista as ramificações operacionais, financeiras e jurídicas decorrentes dos contratos, chegou-se a um impasse no setor elétrico brasileiro, que somente foi solucionado através de um acordo entre os geradores e distribuidores de energia no final de 2001. Esse acordo, aprovado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE e pela ANEEL, determinou a necessidade de recomposição tarifária extraordinária às distribuidoras, o que foi aprovado através da Medida Provisória nº 14 (sujeita a aprovação no Congresso Nacional), de 21 de dezembro de 2001, que prevê o cumprimento de certas condições pelas empresas signatárias do acordo e cujas principais determinações são como segue:

- Aumento extraordinário de 2,9% das tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda") e de 7,9% para todos os demais consumidores, vigorando pelo prazo necessário para que as distribuidoras de energia elétrica recuperem as perdas incorridas durante o período de redução do consumo de energia. Essas perdas foram determinadas com base na comparação das receitas de venda de energia efetivamente verificadas no período compreendido entre 1º de junho de 2001 e a data de término do programa de redução de energia, e as receitas projetadas pelas distribuidoras para esse período, ajustadas por certos fatores, desconsiderando-se a ocorrência do plano de racionamento. Os cálculos dessas perdas estão pendentes de revisão e homologação pela ANEEL, o que deverá ocorrer no decorrer do ano de 2002.

- Os compromissos de compra de energia junto às empresas geradoras devem ser honrados pelas distribuidoras na sua totalidade, sendo aplicado a eles um fator redutor de cerca de 2,34%.

Tendo em vista os impactos decorrentes do racionamento na situação financeira das empresas distribuidoras de energia, o Governo Federal aprovou um programa de apoio emergencial e excepcional às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, por meio de recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), parte do Ativo Circulante no valor de R\$ 89.200 e parte no Realizável a Longo Prazo, no valor de R\$ 155.167, em contrapartida ao resultado do exercício, à conta de "Fornecimento de Energia".

Os valores relacionados à recomposição tarifária extraordinária montam a R\$ 244.372 no consolidado em 2001, tais como a conta "Consumidores e Concessionários e Permissivos" e "Permissivos", parte do Ativo Circulante no valor de R\$ 89.200 e parte no Realizável a Longo Prazo, no valor de R\$ 155.167, em contrapartida ao resultado do exercício, à conta de "Fornecimento de Energia".

Os valores relacionados à comercialização de energia livre no âmbito do MAE a ser recuperados também pelos aumentos tarifários retro mencionados estão registrados na conta de "Consumidores, Concessionários e Permissivos" no ativo realizável a longo prazo, em contrapartida às receitas de fornecimento de energia no valor de R\$ 109.861. Os valores a pagar aos geradores de energia relativamente a esta energia estão registrados na conta de "Fornecedores", no exigível a longo prazo pelo valor de R\$ 105.851 em contrapartida à conta de despesa com "Energia Comprada para Revenda".

Os dados que serviram de base ao registro da energia livre foram divulgados pelo MAE em 13 de março de 2002 e foram registradas no longo prazo vez que dependem de definições da agência reguladora quanto a sua forma de cobrança e liquidação.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares editadas pela CVM, que não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários a partir de 1º de janeiro de 1996. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica.

Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades e Titulos e Valores Mobiliários – Incluem as aplicações financeiras que estão registradas ao custo, acrescido de rendimentos proporcionais auferidos até a data dos balanços.
b) Consumidores, Concessionários e Permissivos – Inclui o fornecimento e o suprimento faturados de energia elétrica a consumidores finais e outras concessionárias bem como as receitas decorrentes de energia elétrica consumida mas ainda não faturada aos mesmos, contabilizados em consonância com o regime de competência e conforme determinado por informações disponibilizadas pelo MAE.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Está constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber de consumidores, com base em análise dos créditos considerados de difícil recebimento e da experiência das sociedades relativamente a seus consumidores, incluindo débitos de poderes públicos e parcelamentos de débitos.

d) Almoarifado - Os materiais em almoarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados à construção, classificados no imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição.

e) Investimentos – As participações em controladas (diretas e indiretas) são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; as demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

f) Imobilizado e Bens de Renda - Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, de acordo com a natureza do bem, que são determinadas pela Resolução da ANEEL nº 044/99. Em função do disposto na Instrução Geral nº 35 e 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relacionados aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento até 31 de dezembro de 2000, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

g) Diferido - Os saldos relacionados a ágios pagos na aquisição de controladas e decorrentes da incorporação de empresas controladoras são amortizados com base no método linear, pelo prazo de 10 anos, de acordo com as disposições da Instrução 247/96 da CVM, uma vez que estão relacionados à rentabilidade futura dos investimentos adquiridos. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 14, as controladas CPFL e RGE optaram pelo diferimento da variação cambial incorrida durante o ano de 2001, que será amortizada de maneira linear a partir do exercício de 2001, pelo prazo de quatro anos ou em função do vencimento dos passivos que deram origem à variação cambial, o que ocorrer primeiro.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOSPara os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000
(Em Milhares de Reais Exceto Lucro (Prejuízo) por Ação)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de Energia	-	-	2.293.322	1.599.520
Suprimento de Energia	167.508	161.850	314.651	204.414
Outras Receitas	-	-	27.413	19.026
	167.508	161.850	2.635.386	1.822.960
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e Contribuições sobre a Receita	(6.114)	(5.909)	(455.227)	(371.846)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.218)	(7.105)	(24.419)	(25.305)
	(10.332)	(13.015)	(479.646)	(397.151)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	157.176	148.835	2.155.740	1.425.809
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(3.276)	(2.963)	(101.103)	(123.385)
Material	(788)	(387)	(11.676)	(13.009)
Serviços de Terceiros	(6.317)	(5.203)	(76.853)	(52.993)
Energia Comprada para Revenda	-	-	(1.115.637)	(655.493)
Conta de Consumo de Combustível	-	-	(122.893)	(65.620)
Depreciação e Amortização	(22.370)	(22.961)	(269.135)	(253.421)
Outras Despesas (Despesas)	(9.322)	455	(63.531)	(48.954)
	(42.073)	(31.059)	(1.760.828)	(1.212.875)
RESULTADO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	115.103	117.776	394.912	212.934
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Receita Financeira	72.935	32.273	248.918	96.064
Despesa Financeira	(286.478)	(322.123)	(669.081)	(466.937)
Juros sobre Capital Próprio	(352.410)	16.695	(352.410)	14
	(565.953)	(273.155)	(772.573)	(370.859)
Resultado de Participações Societárias	13.025	11.057	-	-
	(437.825)	(144.322)	(377.661)	(157.925)
RESULTADO OPERACIONAL				



VBC ENERGIA S.A.

(Atual Denominação de Serra da Mesa Energia S.A.)
CNPJ nº 00.095.147/0001-02 – Companhia Aberta

Av. Engº Luís Carlos Berrini, 1297/1307
13º andar – Cj. 132 – Brooklin
São Paulo – SP

h) Atualizações de Direitos e Obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social – Calculados conforme alíquotas vigentes à data dos balanços. Conforme disposições da Deliberação CVM nº 273/98, a Sociedade e suas controladas registraram em suas demonstrações contábeis os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais, base negativa da Contribuição Social e diferenças intertemporárias.

j) Estimativas – A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Sociedade e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas das Sociedades, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – CVA, provisão para créditos de liquidação duvidosa, créditos fiscais diferidos, provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão. k) Planos de Aposentadoria e pensão – Em atendimento às determinações da Deliberação nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a CPFL, CPFL Geração, CPFL Piratininga e RGE (Sociedades que mantêm planos suplementares de aposentadoria a seus empregados) optaram por reconhecer a parcela de obrigações atuariais excedentes em relação aos ativos do plano, debitando o resultado do exercício em 5 anos a partir de janeiro de 2002.

l) Lucro (Prejuízo Líquido) por Ação – Determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação à data do balanço.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL e CPFL Geração consolidadas proporcionalmente à participação detida pela Sociedade nestas investidas. As demonstrações da ENERCAN e Foz do Chapeco foram integralmente consolidadas pela Sociedade, com destaque da participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido.

Na consolidação da RGE, onde a Sociedade possuía até 30 de junho de 2001 participação ajustada de 40,95% do capital total, suas receitas e despesas foram consolidadas proporcionalmente a essa participação.

Participações Diretas sobre o Capital	2001		2000	
	Total	Ajustada (1)	Total	Ajustada (1)
CPFL	34,13%	33,49%	35,48%	33,49%
CPFL Geração	43,84%	43,84%	35,48%	33,49%
ENERCAN	71,44%	71,44%	-	-
Foz do Chapeco	66,67%	66,67%	-	-
RGE	-	-	40,93%	40,79%

Coligadas e Controladas	2001		2000	
	Total	Ajustada (1)	Total	Ajustada (1)
CPFL	34,13%	33,49%	35,48%	33,49%
CPFL Geração	43,84%	43,84%	35,48%	33,49%
ENERCAN	71,44%	71,44%	-	-
Foz do Chapeco	66,67%	66,67%	-	-
RGE	-	-	40,93%	40,79%

Participações Indiretas sobre o Capital	2001		2000	
	Total	Ajustada (1)	Total	Ajustada (1)
RGE	22,84%	22,43%	-	-
CPFL Piratininga	32,92%	32,74%	-	-
SEMESA	43,84%	42,23%	-	-
CERAN	28,49%	27,45%	-	-
Nova I	43,84%	42,23%	-	-

(1) A participação é ajustada na existência de ações em tesouraria.

Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados:

- Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as Empresas.

As práticas contábeis adotadas pelas coligadas e controladas são consistentes com aquelas adotadas pela Sociedade.

4. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Como o propósito de se adequar à reforma do setor elétrico brasileiro e conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e agência reguladora ANEEL, a Sociedade deu continuidade ao seu processo de reorganização societária realizando as operações conforme segue:

(a) A VBC vendeu para CPFL a participação representativa de 40,927% do capital social da RGE. Esta operação foi aprovada pela ANEEL através da Resolução nº 213 de 13 de junho de 2001. O valor da operação foi de R\$ 844.887.

(b) Com o objetivo de propiciar individualmente aos controladores da Bandeirante (ENERPAULO – Energia Paulista Ltda. ("ENERPAULO") e Draft I Participações S.A. ("Draft I") empresa controlada da CPFL), maior agilidade e eficiência para enfrentar os novos desafios impostos pelo mercado livre de energia, em 1º de outubro de 2001, foi aprovada sua cisão parcial com versão do patrimônio cindido à CPFL Piratininga.

Após a efetivação da cisão da Bandeirante, seus controladores permutaram a totalidade de suas ações, com o objetivo da Draft I participar apenas do capital social da CPFL Piratininga e a ENERPAULO do capital social da Bandeirante.

Os acionistas não controladores receberam ações da CPFL Piratininga em igual proporção às ações possuídas na data da cisão parcial da Bandeirante, de modo a manter inalteradas suas respectivas participações no patrimônio total. Para fins de cisão foi utilizado como base o balanço patrimonial da Bandeirante levantado em 30 de setembro de 2001. A participação atual da CPFL, através da controlada Draft I, no capital social da CPFL Piratininga é de 96,48%.

(c) Em 07 de novembro de 2001, foi transferido para CPFL Geração, o controle acionário da Nova I, originalmente pertencente à CPFL pelo seu valor patrimonial contábil, para viabilizar futuros projetos de participações e parcerias da CPFL Geração em novos investimentos. Essa empresa não manteve atividades operacionais durante o exercício de 2001.

(d) Em 21 de dezembro de 2001, a Sociedade transferiu bens, direitos e obrigações relacionados à Usina de Serra da Mesa para a subsidiária integral SEMESA, no montante de R\$ 69.631. Em 26 de dezembro de 2001, a Sociedade efetivou a alienação para sua controlada CPFL Geração de 999 ações ordinárias nominativas de emissão de SEMESA, de titularidade da Sociedade, representativas de 99,9% do capital social da SEMESA, pelo valor total de R\$ 486.365. Em 26 de dezembro de 2001 houve a liquidação parcial da primeira parcela no valor de R\$ 259.202. Em 31 de dezembro de 2001 remanescem registrados os saldos de R\$ 11.179 no ativo circulante, relativos ao saldo da primeira parcela e R\$ 227.163, relativos à segunda parcela, no realizável a longo prazo, ambos registrados nas contas "Coligadas, Controladas ou Controladora". Os créditos auferidos pela Sociedade em 26 de dezembro de 2001, decorrentes da operação de venda da SEMESA, foram utilizados para integralizar sua participação em aumentos de capital na CPFL Geração. Os ganhos líquidos, antes dos efeitos fiscais, no valor de R\$ 426.450, auferidos nessa transação foram reconhecidos no resultado do exercício à conta receitas não operacionais.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

De acordo com o contrato geral firmado entre FURNAS e a Sociedade, 51,54% da energia gerada pela UHE Serra da Mesa pertencem à Sociedade até que, conforme mencionado anteriormente, houvesse a transferência dos bens, direitos e obrigações relacionados à Usina de Serra da Mesa para SEMESA (Vide Letra "d" da Nota 4). Esta parcela integralmente vendida para Furnas era registrada como receita de suprimento de energia. Em 31 de dezembro de 2001, a Sociedade registra o saldo de R\$ 16.809, relativo ao saldo a receber do suprimento de energia até 21 de dezembro de 2001, (R\$ 22.531 em 31 de dezembro de 2000); a partir de 22 de dezembro de 2001, o contrato com FURNAS e a respectiva receita de suprimento de energia elétrica foram transferidos para a controlada SEMESA.

Os saldos consolidados de contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são como segue:

	2001		2000	
	Saldos Vincendos até 90 dias	Vencidos mais de 90 dias	Total	Total
Residencial	35.287	17.996	4.420	57.703
Industrial	29.618	12.148	5.480	47.246
Comercial	13.088	8.507	2.892	24.487
Rural	4.337	1.056	342	5.735
Poder Público	3.375	1.888	2.108	7.371
Iluminação Pública	6.131	3.255	10.601	19.987
Serviço Público	2.955	3.935	5.135	12.025
Faturado	94.791	48.785	30.978	174.554
Não Faturado	72.222	-	72.222	76.953
Outros	1.144	732	913	2.789
Recomposição Tarifária	89.205	-	-	89.205
Concessionárias	164.666	-	164.666	55.661
Total	422.028	49.517	31.891	503.436

Recomposição Tarifária Extraordinária

Conforme descrito na Nota 2, o saldo de recomposição tarifária extraordinária refere-se às perdas resultantes da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. No consolidado o valor total a recuperar através dos aumentos tarifários extraordinários autorizados pelo Poder Concedente (ANEEL), é estimado em R\$ 244.372, dos quais R\$ 155.167 deverão ser realizados em prazo superior a 12 meses, conforme estimativas da Sociedade e de suas controladas, portanto, foram registrados na conta "Consumidores, Concessionários e Permissionários", no ativo Realizável a Longo Prazo.

6. COLIGADAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORA

Estão registradas nesta rubrica as operações realizadas com nossas coligadas, controladas e controladora, cujos saldos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são como segue:

Curto Prazo:	Controladora	
	2001	2000
VBC Participações S.A.	648.535	70.462
RGE	-	31.364
CPFL	3.064	25.921
CPFL Geração	21.133	-
Subtotal	672.732	127.747
Longo Prazo:		
CPFL Geração	227.163	-
Total	899.895	127.747

VBC Participações S.A. ("VBC Participações")

O saldo é representado em sua totalidade por contratos de mútuo celebrados com a controladora VBC Participações, sendo que o montante de R\$ 635.102 é atualizado monetariamente pela TJLP e acrescido de juros de 3,00% ao ano e o montante de R\$ 13.433 é atualizado monetariamente pela variação do IGP-M acrescido de juros de 9,5% ao ano.

CPFL

O saldo é integralmente representado por dividendos a receber da controlada CPFL.

CPFL Geração

No curto prazo o saldo é composto pelos valores de R\$ 9.954 relativos a dividendos a receber e R\$ 11.179 referentes ao saldo remanescente da primeira parcela na venda da SEMESA; o saldo registrado no longo prazo representa a totalidade da segunda parcela e é atualizado pela variação do IGP-M, acrescida, de juros de 9,5% ao ano.

7. DEVEDORES DIVERSOS

Curto Prazo	Consolidado	
	2001	2000
Créditos a Receber – CESP	13.280	11.150
Outros	8.901	4.913
TOTAL	22.181	16.063

Longo Prazo

Créditos a Receber – CESP

Curto Prazo	Consolidado	
	2001	2000
A rubrica "Créditos a Receber – CESP", refere-se à parcela da Conta de Resultado a Compensar – CRC transferida para a CESP. Em dezembro de 2001 esses créditos foram transferidos à controlada Draft I Participações S.A. ("DRAFT I"), como adiantamento para futuro aumento de capital. Esse saldo é recebível em parcelas semestrais, até 2009, sendo atualizado de acordo com a variação do dólar norte-americano.	60.292	57.046

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No consolidado, os saldos no ativo circulante e no realizável a longo prazo, são representados, por debêntures da 9ª emissão da Sociedade, assumidas pela controladora VBC Participações e inscritas pela DRAFT I (controlada integral da CPFL). Em 31 de dezembro de 2001 a rubrica registra no curto e longo prazo o saldo total de R\$ 40.487 (R\$ 51.614 em 31 de dezembro de 2000). Seu resgate se dará em 9 (nove) parcelas semestrais, tendo ocorrido o primeiro em setembro de 1999. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES, com juros fixos de 5% a.a. e taxa variável com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2001 foi em torno de 15,46% a.a. (5,26% a.a. para 2000).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS

Tributos Compensáveis	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Tributos Compensáveis	24.652	23.901	46.389	31.425
Créditos de CSSL e IR	-	-	23.819	17.945
Total	24.652	23.901	70.208	49.370

Os tributos compensáveis compõem-se principalmente por imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, sendo que os créditos tributários apurados até 31 de dezembro de 2000 estão atualizados monetariamente pela "Taxa SELIC".

A rubrica "Créditos de CSSL e IR a Compensar" representam principalmente recolhimentos a maior efetuados pela CPFL, originários da decisão favorável da Receita Federal em 1998 quanto à dedutibilidade do contrato de saldamento do déficit previdenciário junto à Fundação CESP.

10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Curto Prazo	Consolidado		Longo Prazo	
	2001	2000	2001	2000
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	30.721	-	89.489	-
Outras	5.101	26.020	6.802	8.162
Total	35.822	26.020	96.291	8.162

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – CVA

A Medida Provisória nº 2227, de 4 de setembro de 2001, em conjunto com as Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e Resolução nº 90 de 18 de fevereiro de 2002 da ANEEL criaram mecanismo de compensação das variações ocorridas nos itens não gerenciáveis pelas empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica que determinam o reajuste anual das suas tarifas, a saber:

- I – tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- II – tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- III – quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- IV – tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- V – compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos;
- VI – energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- VII – Quota de Reserva Global de Reversão – RGR;
- VIII - Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE; e
- IX – encargos de conexão.

Dessa forma, os custos pagos a maior ou a menor dos itens acima listados, apurados para o período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2001 e contabilizados no curto prazo, comparativamente ao último reajuste anual de tarifas, serão computados no cálculo do reajuste tarifário do exercício subsequente. A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001 e Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, permitiram que o cálculo da CVA retroagisse a janeiro de 2001; entretanto, os efeitos apurados entre 1º de janeiro de 2001 e 25 de outubro de 2001, contabilizados no realizável ou exigível a longo prazo, serão compensados mediante extensão do prazo de vigência dos reajustes tarifários extraordinários aprovados para fins de compensação das perdas decorrentes do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, conforme descrito na Nota 2, após a conclusão da recuperação dessas perdas. Os valores incluídos na Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" serão reajustados com base na variação da taxa SELIC.

Composição do Capital	2001			
	CPFL	CPFL Geração	ENERCAN	Foz do Chapeco
Quantidade de Ações				
Ações Ordinárias	12.814.692.661	45.410.729.892	86.800.000	1.451.798
Ações Preferenciais	24.511.914.583	88.396.977.248	-	-
Total de Ações	37.326.607.244	133.807.707.140	86.800.000	1.451.798
Ações em Tesouraria	2.190.527.340	-	-	-
Em Poder da Investidora				
- Ações Ordinárias	4.316.709.793	19.177.047.206	62.012.222	967.907
- Ações Preferenciais	8.421.136.772	39.479.644.020	-	-
- Total de Ações	12.737.846.565	58.656.691.226	62.012.222	967.907
Part. no Capital %				
- Votante	33,6856%	42,2302%	71,4427%	33,4949%
- Total	34,1254%	43,8366%	71,4427%	35,4770%
- Ajustada (1)	36,2527%	-	-	35,6155%
Na Investida				
Capital Social Integralizado	3.214.417	667.800	86.800	1.452
Resgate de Ações Preferenciais	169.582	-	-	-
Dividendos	194.935	22.723	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	46.837
Resultado do Exercício	8.883	97.856	-	84.775
Patrimônio Líquido (2)	3.830.703	740.853	86.800	1.452
Na Investidora				
Investimentos	1.388.733	324.765	62.012	968
Resultado de Participações Societárias	3.220	42.809	-	-

(1) A Participação é ajustada em função de existência de ações em tesouraria;

(2) Na CPFL são deduzidos os Recursos Destinados à Aumento de Capital, no valor de R\$ 6.918, em 31 de dezembro de 2001 e 2000.

A Sociedade, em 08 de junho de 2001, concluiu a aquisição de 67% do capital social da ENERCAN, tendo pago R\$ 27.145. Considerando que o valor patrimonial desta participação em 31 de maio de 2001 representava R\$ 20.107, foi registrado o valor de R\$ 7.038 relativo ao ágio pago na operação. No período de julho a dezembro de 2001 a Sociedade efetuou aportes de capital que totalizaram R\$ 41.905, passando a deter 71,4427% do capital social da ENERCAN.

Conforme mencionado na Nota 4, em 28 de junho de 2001, a Sociedade alienou para sua controlada CPFL o investimento que detinha na RGE, registrando um ganho, antes dos efeitos fiscais, de R\$ 454.885 nesta transação. Os efeitos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial nos resultados até a data da alienação do investimento da RGE, resultaram em uma perda reconhecida pela Sociedade no valor de R\$ 33.004 (perda de R\$ 6.370 em igual período de 2000).

Em 26 de dezembro de 2001, a Sociedade subscreveu 45.362.617.442 ações escriturais, sem valor nominal, de emissão de CPFL Geração, sendo 14.860.337.413 ações ordinárias e 30.502.280.029 ações preferenciais ao preço de subscrição de R\$ 5,69 por lote de mil ações, perfazendo a quantia de R\$ 258.113. O valor aportado foi capitalizado com parte do crédito que a Sociedade constituiu junto a CPFL Geração referente à primeira parcela da venda da participação acionária na SEMESA (Vide Nota 4). Em 31 de dezembro de 2001, a Sociedade passou a deter 43,84% do patrimônio da CPFL Geração.

No exercício social de 2001 a Sociedade apurou Resultado Positivo de Participações Societárias de R\$ 13.025, que contempla o resultado negativo apurado na controlada RGE no primeiro semestre de 2001 no valor de R\$ 33.004. O Resultado Positivo de Participações Societárias em 2000 de R\$ 11.057, contempla também o resultado positivo obtido no investimento na CPFL no valor de R\$ 5.444, relativo ao Ajuste de Exercício Anterior por mudança de prática no reconhecimento de encargos regulatórios, relacionado a Conta de Consumo de Combustível.

A Sociedade possui ações da CPFL que estão caucionadas e penhoradas em garantia das suas 3.ª, 6.ª e 8.ª emissões de debêntures.

12.3. Ágio

A composição do saldo é como segue:

Investidora	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
VBC	6.685	-	6.685	-
RGE	27	6.952	27	6.952
RGE	-	-	103.561	-
CPFL	-	-	132.896	131.598
DRAFT I	-	-	-	-
Total	6.712	6.952	243.169	138.550

11. CRÉDITOS FISCAIS

||
||
||

VBC ENERGIA S.A.

 (Atual Denominação da Serra da Mesa Energia S.A.)
 CNPJ nº 00.095.147/0001-02 – Companhia Aberta

 Av. Engº Luís Carlos Berrini, 1297/1307
 13º andar – Cj. 132 – Brooklin
 São Paulo – SP

14. DIFERIDO

	Consolidado			
	2001		2000	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio de Incorporação DOC4 (a)	1.050.261	(218.804)	831.457	920.022
Ágio de Incorporação DOC3 (b)	406.127	(142.731)	263.396	343.907
Déficit Fundação CESP-CPFL (c)	-	-	-	23.833
Déficit Fundação CESP-Bandeirante (c)	-	-	-	37.475
Diferimento Variação Cambial (d)	38.829	(9.465)	29.364	-
Despesas Operacionais	4.279	(225)	4.054	2.992
Despesas com Emissão de Debêntures	1.547	(112)	1.435	-
Outros	9.062	-	9.062	8.351
Total	1.510.105	(371.337)	1.138.768	1.336.580

(a) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da DOC4 Participações S.A. pela CPFL e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado por um prazo de 10 anos.

(b) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da DOC3 Participações S.A. pela RGE e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado por um prazo de 10 anos.

(c) Em conformidade com as determinações da Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, e Ofício CVM nº 01/2002 de 14 de janeiro de 2002, a CPFL e CPFL Piratininga procederam em 31 de dezembro de 2001 à reversão do saldo total desta

16. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, a Sociedade possui em circulação debêntures conforme segue:

Emissor	Emissão	Quantidade		Forma	Remuneração	2001		2000	
		Emitida	Colocada			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
VBC	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP+ 4 a 5% a.a.	-	-	61.998	722.717
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP+ 6,0% a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
						21.698	1.423.117	82.882	2.099.713

Emissor	Emissão	Quantidade		Forma	Remuneração	2001		2000	
		Emitida	Colocada			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
SEMESA (a)	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP+ 4 a 5% a.a.	33.477	293.554	61.998	722.717
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP+ 6,0% a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
CPFL (b)	1ª série	44.000	44.000	Particular	IGPM+ 11,5% a.a.	11.337	170.410	-	-
CPFL (c)	2ª série	45.000	30.132	Particular	CDI+ 0,6% a.a.	11.762	109.272	-	-
						78.274	1.996.353	82.882	2.099.713

As debêntures da 4ª, 5ª e 7ª emissões foram parcialmente liquidadas quando de seus vencimentos e o saldo remanescente foi quitado através dos recursos provenientes da 8ª emissão.

As debêntures das 3ª e 6ª emissões têm seu vencimento final programado para o ano de 2007 e a 8ª emissão em 2003.

No consolidado a rubrica contempla o saldo das seguintes emissões de debêntures:

(a) As debêntures da 2ª emissão da VBC, que por estarem vinculadas ao financiamento da construção da Usina de Serra da Mesa, foram transferidas em 26 de dezembro de 2001 para controlada SEMESA. Estas debêntures são atualizadas com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de juros de 4 a 5% a.a. As debêntures têm vencimento programado para o ano de 2009.

(b) Com o propósito de alavancar recursos complementares à aquisição do controle acionário da RGE, em julho de 2001 a CPFL concluiu a colocação e venda de 100% da emissão de 44.000 debêntures de primeira série, equivalentes a R\$ 440.000, com prazo de vencimento em 7 anos, remuneração anual com base na variação do IGP-M, acrescida de taxa de juros de 11,50% ao ano. Em 31 de dezembro de 2001 o saldo proporcional desta emissão totaliza R\$ 181.747 sendo R\$ 11.337 registrados no passivo circulante e R\$ 170.410 no exigível de longo prazo.

(c) Refere-se a colocação e venda de aproximadamente 67% das 45.000 debêntures, correspondentes à segunda série, cujo valor total equivale a R\$ 450.000, com prazo de 5 anos e remuneração anual com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, "over extra grupo", acrescida de spread de 0,6% ao ano. Como resultado da colocação da segunda série de debêntures, a CPFL obteve R\$ 301.420 em novos recursos, restando R\$ 148.580 em papéis baseados na variação do CDI que foram cancelados em dezembro de 2001, por determinação de sua administração. Em 31 de dezembro de 2001, o saldo proporcional desta emissão totaliza R\$ 121.035, sendo R\$ 11.762 registrados no passivo circulante e R\$ 109.272 no exigível a longo prazo.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado					
	2001			2000		
	Encargos	Curto Prazo	Longo Prazo	Encargos	Curto Prazo	Longo Prazo
MOEDA NACIONAL						
Instituições Financeiras	189	26.402	15.592	97	1.866	14.656
FUNDAÇÃO CESP (1)	-	9.008	204.090	-	13.470	239.705
BNDES – CPFL (2)	3.343	33.148	33.148	3.615	28.580	57.096
BNDES – Investimento – CPFL (3)	3.929	39.025	77.319	2.269	23.597	101.628
BNDES – CPFL Geração (4)	-	117	6.613	-	-	-
FURNAS (5)	-	-	10.442	-	-	14.478
BRDE (6)	3.443	3.127	23.627	-	5.004	29.049
Fundação ELETROCEEE (7)	1.864	604	7.478	-	942	8.540
Outras	293	3.747	10.114	698	47.531	10.398
Soma	13.061	115.178	388.423	6.679	120.990	475.550
MOEDA ESTRANGEIRA (8)						
Floating Rates Notes	431	-	252.362	-	-	-
Swap – Floating Rate Notes	3.020	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	1.629	218.067	172.382	-	34.891	282.930
Outros	4	13	-	2.356	-	-
Soma	5.084	218.080	424.744	2.356	34.891	282.930
Total	18.145	333.258	813.167	9.035	155.881	758.480

(1) No consolidado, o empréstimo vinculado à Fundação CESP, corresponde na sua quase totalidade ao financiamento do déficit previdenciário do Plano de Aposentadoria e Pensão das controladas CPFL, CPFL Piratininga e CPFL Geração, apurado conforme regra da SPC (Secretaria da Previdência Complementar), gerado em decorrência do saldamto do plano de "benefício definido", equacionado em 1997, sendo atualizado pela variação do IGP-DI (FGV), acrescido de juros de 6% ao ano, amortizável em 240 parcelas mensais para a CPFL e CPFL Geração; para CPFL Piratininga, amortizável em 60 parcelas mensais, corrigido pelo custo atuarial ou variação da Taxa Referencial acrescido de 8% ao ano, dos dois o maior. Este empréstimo está garantido por vinculação de receitas provenientes da venda de energia elétrica. Tendo em vista a adaptação às práticas contábeis determinadas pela Deliberação nº 371 da CVM, os saldos contabilizados em contra partida do diferido no valor de R\$ 61.308 e que eram amortizados em função do tempo médio de serviço dos participantes para sua aposentadoria, foi estornado contra o saldo de empréstimos.

(2) O empréstimo junto ao BNDES corresponde ao financiamento pela controlada CPFL para aquisição da Bandeirante, quando de sua privatização (conforme mencionado anteriormente, a Bandeirante teve seu patrimônio parcialmente cindido em 1º de outubro de 2001, sendo parte do seu acervo líquido incorporado pela CPFL Piratininga – empresa na qual a CPFL mantém atualmente participação através da controlada DRAFT I). Este empréstimo vem sendo amortizado em 09 (nove) parcelas semestrais, a partir de setembro de 1999. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES ("UMBND", cujo maior indexador é o dólar norte americano), com juros fixos de 5% a.a., e variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2001 foi em torno de 15,46% a.a. (5,26% a.a. em 2000). Como garantia, está vinculadas ações representativas do capital da CPFL Piratininga, detidas pela Draft I.

(3) O empréstimo junto ao BNDES – Investimento corresponde a financiamento aos programas de investimentos. Na controladora CPFL está dividido em duas tranches "A" e "B", tendo 18 e 30 meses de carência, respectivamente, sendo amortizado em 78 parcelas mensais e sucessivas, atualizado pela TJLP, acrescido de juros de 3,25% ao ano. Como garantia está vinculada a receita proveniente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica. Inclui também o empréstimo da controlada RGE com atualização pela TJLP, e juros de 3,9% ao ano, amortização mensal com último vencimento em 15 de setembro de 2007, sendo sua garantia vinculada a receita da empresa.

(4) O empréstimo com o BNDES corresponde ao financiamento pela controlada CPFL Geração para a repotencialização de PCH's (pequenas centrais hidrelétricas), sendo amortizado em 84 parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2003. Sua atualização está atrelada, parte à cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), cujo maior indexador é o dólar norte americano e parte à TJLP, com juros de 3,5% ao ano variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos. O empréstimo está garantido por aval da CPFL.

(5) O empréstimo junto a FURNAS está relacionado ao contrato de parceria na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa e está sujeito a atualização pela variação do IGP-M.

(6) O empréstimo junto ao BRDE refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela controlada RGE no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, sendo atualizado pela variação do IGP-M acrescido de juros de 12% ao ano. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da RGE.

(7) O empréstimo junto à Fundação ELETROCEEE refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela controlada RGE, em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Está sujeito a atualização pela variação do INPC/TR e juros de 9% a.a. As amortizações do principal e juros são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia. (8) No consolidado os empréstimos de longo prazo em moeda estrangeira com instituições financeiras são como segue:

rubrica, em contrapartida a conta de empréstimos e financiamentos, o qual será levado à resultado em 5 anos, correspondente às parcelas de obrigações excedentes em relação aos ativos do planos de benefícios, patrocinados pelas empresas e administrados pela Fundação CESP.

(d) De acordo com a deliberação CVM nº 404/409, as controladas CPFL e RGE optaram por diferir o resultado líquido decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos denominados em moeda estrangeira, ocorrido no ano de 2001. O valor diferido será amortizado linearmente, respeitando as datas de vencimentos dos contratos, em até 4 (quatro) anos, a partir do exercício de 2001, inclusive.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2001	2000
	Supradores de Energia Elétrica MAE/Co-geração	200.395
Encargos de Uso da Rede Elétrica	18.643	408
Materiais e Serviços	35.163	3.776
Outros	36.572	23.040
	2.232	61
Total	293.005	174.209

O saldo de fornecedores no exigível a longo prazo refere-se a transações relacionadas a energia livre no âmbito do MAE, cuja liquidação depende de regras a serem estabelecidas pela ANEEL (vide Nota 2).

Emissor	Emissão	Quantidade		Forma	Remuneração	2001		2000	
		Emitida	Colocada			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
VBC	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP+ 4 a 5% a.a.	-	-	61.998	722.717
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP+ 6,0% a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
						21.698	1.423.117	82.882	2.099.713

Emissor	Emissão	Quantidade		Forma	Remuneração	2001		2000	
		Emitida	Colocada			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
SEMESA (a)	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP+ 4 a 5% a.a.	33.477	293.554	61.998	722.717
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP+ 2,5% a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP+ 6,0% a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
CPFL (b)	1ª série	44.000	44.000	Particular	IGPM+ 11,5% a.a.	11.337	170.410	-	-
CPFL (c)	2ª série	45.000	30.132	Particular	CDI+ 0,6% a.a.	11.762	109.272	-	-
						78.274	1.996.353	82.882	2.099.713

Consolidado

Instituição Financeira	Vencimento	Amortização	Garantias	Taxa de Juros	2001		2000	
					2001	2000	2001	2000
1) Banco do Brasil S.A.:								
Debt Conversion Bond	18 anos	17 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	7.332	24.846	-	-
New Money Bond	15 anos	17 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	1.715	5.782	-	-
FURB	15 anos	13 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	1.740	5.086	-	-
C-Bond	20 anos	21 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	8% a.a.	9.378	27.401	-	-
Discount Bond	30 anos	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia e Receitas	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	8.503	21.422	-	-
PAR-Bond	30 anos	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia e Receitas	6% a.a.	10.508	30.702	-	-
El Bond – Bônus de Juros	12 anos	19 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	3.171	11.793	-	-
2) Banco BBA Creditanstalt S.A.								
	4 anos	8 parcelas semestrais	Notas Promissórias	Libor 6 meses + 5,75% a.a.	2.169	3.592	-	-
3) Floating Rate Notes								
	5 anos	24 parcelas	Notas Promissórias	Libor 6 meses + 2,95% a.a.	252.363	-	-	-
4) BankBoston								
	5 anos	12 parcelas trimestrais	Cartas de Fiança	Libor + 2,25% a.a.	127.865	152.306	-	-
Total					424.744	282.930		

A operação "Floating Rate Notes" refere-se a captação de recursos no mercado externo, no montante de US\$ 300 milhões, realizada no segundo trimestre de 2001 pela controlada CPFL, para fins de aquisição do controle acionário da RGE, contratada junto a um consórcio de bancos, liderado pelo BankBoston. Este empréstimo tem prazo de vencimento final de 05 anos e carência de 20 meses para início do pagamento do principal, sendo que os juros serão pagos semestralmente a partir de dezembro de 2001. Através de mecanismo de "swap", toda a dívida em dólar foi convertida para custo local, correspondente a 93,65% e 94,75% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), respectivamente, para as parcelas de US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões. Como garantia foram dadas notas promissórias e cartas de fiança.

O empréstimo junto ao BankBoston refere-se a captação de recursos realizada em maio de 2000 pela controlada Sul Geradora Participações S.A. (controlada integral da RGE), através de operação de *trade finance*, tendo como garantia da operação o aval da RGE e cartas de fianças. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, foram contraídos, em sua totalidade, em dólares norte-americanos, cuja variação em 2001 foi de 18,67% (9,30% em 2000).

No consolidado os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão sujeitos a encargos e taxas variáveis de 3,34% a 17,28% ao ano, o que resulta numa taxa média ponderada de 13,62% ao ano. Sua composição por tipo de indexador é como segue:

Indexador	Oscilação %		Composição da Dívida em %	
	2001	2000	2001	2000
	IGP-DI	11,80	10,31	11,15
IGP-M	10,37	9,95	16,32	10,54
UMBND	15,46	5,26	20,17	24,31
URTJLP	3,34	4,56	12,20	11,85
CDI	17,28	-	18,50	-
OUTROS	-	-	21,66	10,26
			100,00	100,00

VBC ENERGIA S.A.

 (Atual Denominação da Serra da Mesa Energia S.A.)
 CNPJ nº 00.095.147/0001-02 – Companhia Aberta

22. FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Classe de Consumidores	Consolidado					
	Nº de Consumidores (Não Auditado)		GWh (Mil) (Não Auditado)		Milhares de Reais	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Residencial	5.797.260	3.916.359	8.116	7.993	707.010	642.656
Industrial	103.854	83.343	15.719	12.568	691.458	498.217
Comércio e Serviços	570.094	371.323	4.532	4.117	328.268	265.906
Rural	361.199	208.246	1.679	1.713	65.228	58.773
Podéres Públicos	46.118	31.760	662	690	44.447	40.658
Iluminação Pública	2.464	1.897	1.056	1.027	48.623	41.547
Serviço Público	6.855	4.835	1.335	1.192	60.746	48.477
Consumo Próprio	176	521	2	39	-	102
Subtotal - Fornecimento	6.888.020	4.618.084	33.121	29.339	1.945.780	1.596.336
Recomposição Tarifária e Energia Livre (Nota 2)	-	-	-	-	354.233	-
Não Faturado (Líquido)	-	-	-	-	(6.691)	3.184
Fornecimento					2.293.322	1.599.520
Suprimento	-	-	-	-	314.651	204.414
Outras Receitas					27.413	19.026
RECEITA OPERACIONAL					2.635.386	1.822.960

23. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Tributos e Contribuições	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
RGR	4.218	7.106	24.419	25.305
ICMS	-	-	358.904	305.971
PIS/COFINS	6.114	5.909	96.246	65.843
ISS	-	-	77	32
	10.332	13.015	479.646	397.151

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

RECEITA FINANCEIRA	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Rendas de Aplicações Financeiras	40.561	8.968	59.495	36.134
Swap - Floating Rate Notes	-	-	48.756	-
Acrescimos Moratórios	-	-	14.207	7.638
Encargos CRC Repassados à CESP	-	-	2.926	2.520
Juros sobre Antecipação de IRPJ e CSSL	-	-	2.355	2.904
Renda de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	147	9.312
Atualizações Monetárias	30.907	23.305	95.776	27.739
Remuneração CVA	-	-	8.207	-
Outras	1.467	-	17.049	9.817
	72.935	32.273	248.918	96.064
DESPESA FINANCEIRA				
Encargos de Dívidas	(215.905)	(206.470)	(322.538)	(277.097)
Despesas Bancárias	-	-	(13.665)	(5.584)
Atualizações Monetárias	(68.687)	(106.322)	(204.460)	(151.535)
Amortização de Agió	(788)	(784)	(29.877)	(12.708)
Swap - Floating Rate Notes	-	-	(72.532)	-
Outras	(1.098)	(8.547)	(26.009)	(20.013)
	(286.478)	(322.123)	(669.081)	(466.937)
Juros sobre Capital Próprio	(352.410)	(16.695)	(352.410)	14
RESULTADO FINANCEIRO	(565.953)	(273.155)	(772.573)	(370.859)

25. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Na Controladora o Resultado Não Operacional Líquido de R\$ 879.508, contempla principalmente os ganhos líquidos auferidos nas vendas das controladas RGE e SEMESA e Ganhos e Perdas de Capital sobre Participações Societárias, essas Receitas e Despesas não operacionais são compostas conforme segue:

Recursos (Despesas)	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Não Operacionais				
Ganho na Venda da RGE	454.885	-	298.222	-
Ganho na Venda da SEMESA	426.450	-	239.509	-
Ganho de Capital sobre Participações Societárias	64	6.394	64	6.394
Perda de Capital sobre Participações Societárias	(9.144)	(2.578)	(9.144)	(2.578)
Outras	7.253	-	4.943	(2.822)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	879.508	3.816	533.594	994

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado:

	Controladora				Consolidado Proporcional			
	Votorantim	Bradesco	VBC	CPFL	CPFL Geração	Votorantim	Bradesco	Fundação CESP
Ativo Circulante								
Disponibilidades	60.684	66.658	-	-	-	89.603	66.658	-
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	648.535	3.064	21.133	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	-	13.280
Realizável de L. Prazo								
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	-	-	227.163	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	-	60.292
Passivo Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	9.008
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	259.759	-	-	-	-	-
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	204.090
Receitas								
Aplicações Financeiras	16.604	18.364	-	-	18.484	20.120	-	-
Atualizações Monetárias	-	-	30.471	-	373	-	-	-
Despesas								
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	3.776
Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	12.754
Atualizações Monetárias	-	-	144	-	-	-	-	22.987

São as seguintes as principais transações:
 Na Controladora e no Consolidado a rubrica Disponibilidades, Votorantim e Bradesco referem-se as aplicações financeiras de curto prazo, com rentabilidade de mercado.

A rubrica "Coligadas, Controladas ou Controladora" registrada no Ativo Circulante compõem-se conforme Nota 6.

No Consolidado a rubrica Empréstimos e Financiamentos: Fundação CESP registradas no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo compõem-se conforme Nota 17.

28. PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

As controladas em conjunto CPFL, CPFL Geração e CPFL Piratininga, através da Fundação CESP, e a controlada em conjunto RGE, através da Fundação CEEE, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As Fundações CESP e CEEE adotam o "regime financeiro de capitalização" para cálculo das reservas técnicas.

De acordo com esse regime financeiro, as contribuições correntes destinam-se à cobertura, a valor presente, dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a admissão nos planos, sendo que os benefícios relativos ao tempo anterior de serviço foram em parte cobertos pela CPFL por meio de contribuição inicial.

I – CPFL e CPFL Geração

Em 27 de outubro de 1997, a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 726/SP/CGOF/COJ, aprovou o Regulamento do Plano Misto de Benefícios que transformou o plano de Benefício Definido, para Plano Misto, com as seguintes características:

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa
 Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

José Said de Brito
 Diretor Técnico e Administrativo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mário da Silveira Teixeira Junior
 Presidente do Conselho

Carlos Ermirio de Moraes
João Carlos Hachmann
José Said de Brito

Conselheiros

Luiz Maurício Leuzinger
Raphael Antonio Nogueira de Freitas

Márcio José Ferreira – Contador – CRC 1RJ060113/S-4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Conselho de Administração e aos Acionistas da VBC Energia S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da VBC ENERGIA S.A. (atual denominação da Serra da Mesa Energia S.A.) em 31 de dezembro de 2001 e 2000, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controladora indireta Rio Grande Energia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, cujos ativos totais representavam, respectivamente, 8,2% e 15,8% dos ativos totais consolidados naquelas datas e as receitas operacionais representavam, respectivamente, 9,7% e 20,3% do total consolidado da Sociedade naquelas datas, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 13 de março de 2002, contendo ressalva quanto ao diferimento de variações cambiais passivas líquidas no exercício de 2001. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Bandeirante Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, cujos ativos totais e receitas operacionais naquela data representam 8,5% e 24,7% do total consolidado da Sociedade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 24 de janeiro de 2001, sem ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessas controladas incluídos nas demonstrações consolidadas e aos investimentos registrados pela equivalência patrimonial nas demonstrações individuais da controladora, está baseada exclusivamente no parecer desses auditores.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM 235/95, a Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

26.1. Considerações sobre Riscos

O negócio da Sociedade e suas controladas compreende principalmente a geração de energia para distribuidores e o fornecimento de energia a consumidores finais, sendo concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira além das suas respectivas despesas financeiras. A Sociedade e suas controladas se protegem parcialmente deste risco mediante contratação de operações de "swap".

Em Dezembro/2001, a controlada CPFL efetuou a cobertura das suas exposições para o ano de 2002 frente a moeda norte americana, utilizando-se de mecanismo financeiro que possibilitou o plano de hedge contra esse risco.

As tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos, exceto no que se refere à energia adquirida de Itaipu, cujas tarifas são denominadas em dólares e cujas variações passarão a ser computadas para mais ou para menos, a partir de 2002, quando dos reajustes tarifários anuais a serem fixados para as empresas.

No Consolidado em 31 de dezembro de 2001, parte da dívida financeira estava atrelada ao dólar norte-americano, no valor total de R\$ 647.908 (R\$ 320.177 em 2000), conforme descrito na Nota 17.

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às emissões de debêntures e a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Sociedade não tem efetuado qualquer operação com vistas a proteção das debêntures atualizadas pela TJLP, por entender o mesmo ser de baixo risco.

Para os empréstimos em moeda estrangeira as controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco.

Na controlada CPFL, a exposição relativa a emissão de Floating Rate Notes no montante de US\$ 300 milhões, foi coberta através de duas operações financeiras de swap: (a) swap externo e (b) swap interno, o que lhe permitiu substituir os riscos originais da operação (variação cambial + Libor + 2,95% a.a.) para custo local, ou seja 94,38% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

c. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade e suas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

d. Risco quanto à Escassez de Energia

O risco surge da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes de dificuldades de geração de energia decorrente de escassez de água. Segundo a avaliação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não há riscos de escassez de energia elétrica para o próximo biênio.

26.2. Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a. Disponibilidades – Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial.

b. Valores a receber e a pagar de energia – Estes créditos e débitos decorrem basicamente de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – ("MAE") e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano no MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data do balanço.

c. Empréstimos e Financiamentos – Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na Nota 17.

d. Debêntures – As debêntures lançadas pela Sociedade e suas controladas não são negociadas no mercado. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 16.

	Controladora				Consolidado Proporcional			
	Votorantim	Bradesco	VBC	CPFL	CPFL Geração	Votorantim	Bradesco	Fundação CESP
Ativo Circulante								
Disponibilidades	60.684	66.658	-	-	-	89.603	66.658	-
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	648.535	3.064	21.133	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	-	13.280
Realizável de L. Prazo								
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	-	-	227.163	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	-	60.292
Passivo Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	9.008
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	259.759	-	-	-	-	-
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	204.090
Receitas								
Aplicações Financeiras	16.604	18.364	-	-	18.484	20.120	-	-
Atualizações Monetárias	-	-	30.471	-	373	-	-	-
Despesas								
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	3.776
Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	12.754
Atualizações Monetárias	-	-	144	-	-	-	-	22.987

a) Constituição de um benefício saldaado - B-SPS, proporcional ao tempo de contribuição de cada participante do plano, no conceito de contribuição definida;

b) Adoção de um modelo misto, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida.

II – CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante, assumiu a responsabilidade, pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados naquela empresa até a data da efetivação da cisão assim como obrigações correspondentes aos empregados ativos transferidos para a CPFL Piratininga.

Em 02 de abril de 1998 a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da CPFL Piratininga), dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldaado – B-SPS", e um "Plano de Benefícios Misto", similar ao da controladora, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido ("BD") – vigente após 31.03.98 – plano de benefício saldaado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado (B-SPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Plano de Benefício Definido – vigente após 31.03.98 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31.03.98 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31.03.98) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31.03.98. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada entre a CPFL Piratininga e os participantes.

c) Plano de Contribuição Definida – implantado junto com o Plano BD Vigente após 31.03.98, é um plano previdenciário, que até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a CPFL Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

III – Rio Grande Energia S.A.